

221 Governo já foi vítima de outros erros

Não é a primeira vez que o governo Fernando Henrique é vítima de erros publicados no Diário Oficial - alguns bem mais graves do que o da suposta contratação de Elba Ramalho. Em dezembro de 95, por exemplo, o DO deu como válidos títulos públicos já prescritos. A falha, capaz de provocar prejuízos aos cofres públicos, foi corrigida quatro dias depois. Em maio do ano passado, a inclusão de um parágrafo inexis-

tente numa MP alterada pelo Congresso garantiu, por um dia, anistia a todos os brasileiros acusados de não repassar ao INSS as contribuições descontadas do contracheque dos trabalhadores, um crime de apropriação indébita.

As confusões causadas por informações impressas no DO não são exclusividade do atual Governo. No início do governo Sarney, um decreto declarava o município inteiro de Londrina

área de interesse de reforma agrária. Semana passada o Governo expôs suas confusões nas páginas do Diário Oficial. Antes mesmo do desfecho das negociações, o DO publicou um ato - assinado pelo Presidente e pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan - em que o acordo automotivo, reduzindo o IPI dos carros, seria prorrogado por nove dias, a partir da segunda-feira passada.

Só que o Ministério do

Desenvolvimento, responsável pelo acerto, sequer fora informado sobre a publicação. O Governo teve então de publicar mais dois atos: um cancelando o anterior e outro revalidando o seu teor. "Alguém tem que tomar conta do Diário Oficial. Afinal, para que serve o Clóvis Carvalho (chefe da Casa Civil)? É para isso, não?", pergunta, com ironia, o líder do PT na Câmara, José Genoíno (SP).